



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Fausto Niquini Ferreira – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões Ordinárias dos dias nove e dezesseis de abril de dois mil e dezenove foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as duas Atas por nove votos. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.757/2019, autoria do vereador Wesley de Jesus Silva, que “Dispõe sobre a disponibilização da Lei Maria da Penha nos estabelecimentos que indica para consulta da população, em local visível e de fácil acesso”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Senhor Presidente: “em tempo, tem uma correspondência aqui. Secretário, o senhor faz o favor de ler”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Ofício 002/2019. Do senhor Gilvan Dias do Espírito Santo, Vice-Presidente da Associação Comunitária Santa Cruz,



Bairros Cruzeiro e Barra do Céu. Data: 23 de abril de 2019. Agradece ao vereador Alessandro Luiz Bonifácio e ao Prefeito Municipal Vítor Penido de Barros pelo empenho e dedicação às obras de reforma e pintura da Escola Municipal José Francisco da Silva, quadra poliesportiva, UBS do Bairro Cruzeiro e reforma geral da escadaria da Rua Nossa Senhora da Piedade. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, questão de ordem. Convidar a comissão para nos reunirmos na próxima terça-feira, às quinze horas. O horário foi sugestão do vereador Kim. Obrigado”. 2) Projeto de Lei nº 1.773/2019, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de criação de plano e realização de simulado de abandono de área quando do início do ano letivo nas instituições de ensino públicas e particulares de Nova Lima, inclusive creches”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 3) Projeto de Lei nº 1.777/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Nova Lima e do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.778/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre incentivo ao desenvolvimento e promoção dos ambientes de inovação e das atividades científicas e tecnológicas e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.779/2019, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dá denominação a logradouro público que menciona, além de outras providências” – Praça Dr. Adão de Pádua. Encaminhado à Comissão de



Legislação e Justiça para emissão de parecer. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, gostaria de solicitar ao senhor para que assinasse juntamente com o senhor esse projeto, porque eu tentei por várias vezes conseguir alguma rua ali, naquele bairro”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “você conseguiu agora, não é?”. Senhor Presidente: “é, eu consegui. E eu sou muito amigo da família”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, eu aceito, eu nem sei se essa é a palavra certa, mas vai ser com muito prazer que eu faço isso em conjunto com o senhor. E vou convidar também o Excelentíssimo vereador Alessandro Luiz Bonifácio para assinar conosco, vamos fazer os três juntos”. Senhor Presidente: “ok”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ok?”. Senhor Presidente: “muito obrigado”. 6) Projeto de Lei nº 1.780/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a autorização de disponibilização de recursos municipais para manutenção de área símbolo de Nova Lima (Bicame), hoje também tombada, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Senhor Presidente: “eu acho que seria interessante que a AngloGold antes fizesse a reforma e depois passasse o Bicame reformado para a prefeitura”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “porque nós sabemos que se for preciso fazer uma reforma ali, é uma demanda alta, é um valor alto”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, me permite? A observação do senhor foi dentro do que eu... Durante o período que ele estava lendo aqui a mensagem da administração, eu fiquei imaginando. Primeiro, cumprimentar a administração pela atitude, lógico e evidente que é realmente um patrimônio do nosso município. Mas eu



acho que vale aqui uma observação a todos os vereadores, aos nossos pares aqui, que a gente já tem a experiência do passado com a Banqueta. A Banqueta, em tese, foi passada para o município no passado, hoje a gente vive um problema seríssimo com a Banqueta. E o Bicame faz parte daquele conjunto arquitetônico ali que é a Banqueta. Então, eu penso, vereador Tiago Tito, que muito briga pelas questões da Banqueta, eu também, nós já fizemos aqui audiência pública e tantas ações que a gente busca para ver essa Banqueta, realmente, sendo o símbolo da cidade. Quando eu vejo essa lei aqui, eu me preocupo um pouco e quero dialogar mais com a administração com relação a isso, para a gente entender como que vai ser, porque de repente passa agora, beleza, daí a pouco entra um outro prefeito e vem o mesmo problema que nós estamos vivendo hoje. Então, é lógico e evidente, vou analisar ainda o projeto, não li, peguei aqui agora, mas já faço essa observação e espero que os outros vereadores também analisem por esse ponto de vista, com a experiência que nós temos do passado, que não foi bacana com relação a essas coisas que eram da AngloGold. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem. Boa noite aos nobres colegas vereadores, público que está aqui em nossas galerias, público que nos assiste pela TV Banqueta. Eu sei que não está no momento de discussão do projeto, mas como ele está dando entrada e a gente realmente tem que dar atenção, foi muito oportuna a colocação do vereador Silvânio. Aqui está se destinando recursos para revitalização do aqueduto do Bicame. Perfeito, a gente sabe que ele realmente tem que ser revitalizado, um patrimônio histórico da nossa cidade. O laudo que está aqui atrás, da inspeção técnica, é feito pela



AngloGold, não é feito pela prefeitura. Quem está destinando o recurso é municipal e o laudo que está assinado aqui, até inclusive é o Jeferson que fez, amigo até em comum da gente, profissional gabaritado, engenheiro civil da AngloGold. Mas o relatório aqui, a inspeção foi feita pela própria AngloGold, ou seja, se é responsabilidade dela, se ela fez o relatório, está anexando-o aqui. E, segundo, faz uma justificativa que lá é uma área tombada, via decreto municipal. Eu realizei o tombamento da Banqueta do Rego Grande e até hoje não veio projeto nenhum para a gente destinar recursos para a revitalização da Banqueta do Rego Grande, que impacta, ao todo, sete bairros da nossa cidade. Então, não é uma questão de mais importância ou menos importância. O Bicamente é mais importante que a Banqueta do Rego Grande? De jeito nenhum, mesmo porque eles fazem parte de todo um complexo, é a Banqueta do Rego Grande, o aqueduto do Bicamente e o Rego dos Amores. Então, por que não a gente já de forma definitiva resolver o complexo inteiro? Que faz parte de um complexo cultural, histórico, ambiental e hoje até esportivo, porque a Banqueta do Rego Grande é utilizada para caminhadas e atividades físicas. Então, a gente realmente tem que analisar. Eu gostaria também de dialogar um pouco mais com a prefeitura porque daqui a pouco a gente está destinando recursos para mais um local que é de responsabilidade talvez de terceiros, igual a empresa, no caso aqui a AngloGold, e depois fica aquele jogo de empurra igual está na Banqueta do Rego Grande. Inclusive, já acionei o Ministério Público Estadual, a Dra. Marta Larcher, já estive com ela pessoalmente, já acionei, já pedi a ela providências para que ela possa nos ajudar em relação à revitalização de todo o complexo da



Banqueta do Rego Grande. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu compactuo da fala de Vossas Excelências, os senhores foram muito felizes em colocar aqui, fazer essas falas, porque eu, no mês passado, eu tenho uma ação que se chama ‘Gabinete Itinerante’, eu saio batendo a campanha das casas das pessoas, bairros afora. E no mês passado eu estive no Bairro Alvorada e as casas que vão ali, vamos falar, margeando a Banqueta, na parte de baixo, todas elas, as casas com infiltração, com mofo. O prefeito mora na Banqueta. E aí, se os senhores me permitem, todos nós sabemos como fazer a prefeitura resolver o problema da Banqueta. Essa Casa não pode ser refém do Executivo, essa Casa tem que ser independente do Executivo, mas ter um relacionamento harmônico. E cada vereador atuando da forma como a população espera, é fácil de resolver o problema da Banqueta, que eu concordo que tem que ser resolvido, assim como o problema do Bicamente”.

7) Projeto de Lei nº 1.782/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre nova delimitação do Bairro Canto da Mata 2 (dois) que passa a ser denominado Canto da Mata, incorporando áreas remanescentes do Loteamento Canto da Mata 01 e Canto da Mata 02”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Silvânio Aguiar Silva como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu queria fazer um pedido à comissão, que ela notasse bem, porque o projeto diz sobre entrega de correspondências, mas ele diz um pouco mais, ele fala sobre incorporação de áreas remanescentes do



loteamento Canto da Mata 01 e Canto da Mata 02. E, logo em baixo, um outro projeto repete a mesma coisa, que é a incorporação de áreas remanescentes. Não sei se é o vereador Wesley que é dessa comissão ou o vereador José Guedes e vereador Kim, eu queria que vocês fizessem um parecer, mas assim incluíssem essa incorporação, porque ela vai um pouco mais sobre a entrega de correspondências. Obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Eu queria fazer a explicação em relação a esse projeto, logo após o secretário ler o outro porque eles não têm como andar sem ser juntos. E eu vou explicar que eles tratam exclusivamente de entrega de correspondências”. 8) Projeto de Lei nº 1.783/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre nova delimitação do Bairro Mirante da Mata que passa a incorporar área remanescente do Loteamento Canto da Mata e do Loteamento Mirante da Mata”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador José Carlos de Oliveira como Relator da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. E até dar uma sugestão também, que se você pudesse nomear na minha substituição a mesma pessoa porque os projetos são interligados, para a comissão conseguir fazer o parecer de forma correta. Não tem jeito, tanto é que eu pedi para colocar os dois projetos em pauta porque não tem jeito de um andar sem o outro. Explico: eu fui procurado pelo pessoal que mora nos loteamentos Mirante da Mata, Canto da Mata e existe o loteamento aprovado Canto da Mata 2. Vou tentar situar vocês, o Mirante da Mata é aqui na estrada, você voltando de Belo



Horizonte, quase chegando ao Trevo do Trator, à direita. O que ocorreu? As pessoas que adquiriram os lotes, estão construindo no Canto da Mata, vamos dizer que seria o Canto da Mata 1, o primeiro, o loteamento é dentro do Mirante da Mata. Então, a portaria que eles utilizam é a do Mirante da Mata, dentro do mesmo complexo do Mirante da Mata. Não tem saída, não tem portaria do Canto da Mata, correspondência não chega porque ninguém conhece onde entrega correspondência no Canto da Mata porque não tem abertura. Divide-se o Canto da Mata com o Canto da Mata 2, aquela rua atrás do Ouro Velho. Então, lá no Canto da Mata 2 vai ter portaria e para não existir dentro do município o Canto da Mata 2, não existindo mais o Canto da Mata, só estou mudando a denominação do nome de lá, de Canto da Mata 2 para Canto da Mata. Aí está se colocando aqui das incorporações. É lógico, se o Canto da Mata vai incorporar o Mirante da Mata, é claro que vai ter incorporação das áreas todas que estão dentro do Mirante da Mata. É simplesmente isso, aí resolve. A situação da demanda do Canto da Mata 2 nem foi trazida por mim, quem pediu esse apoio foi a própria Secretaria de Planejamento do município, já que vai resolver do Canto da Mata 1, que vai se incorporar ao Mirante e vira tudo Mirante da Mata. Então, eu estou mudando aqui a denominação de bairros, simplesmente a denominação de bairros. Então, tudo vai virar Mirante da Mata. Eles pediram: ‘aproveita, para não existir bairro em Nova Lima Canto da Mata 2 sem existir Canto da Mata’, aí está se fazendo a alteração aqui. Foi até um pedido do pessoal da Secretaria de Planejamento. Mas a minha demanda é em relação ao Mirante da Mata e o Loteamento Canto da Mata. Para a gente resolver a situação





definitiva dos moradores de lá, do Canto da Mata, para que eles possam receber correspondências, eles precisam estar incorporados ao Mirante da Mata. E essa Casa, no ano passado ou no incincho desse ano, aprovou as novas denominações de rua lá do Loteamento Canto da Mata e Mirante da Mata, já para adequar esse projeto. Se qualquer membro da comissão, qualquer vereador ainda continuar com dúvida, anexos a esses projetos estão todos os mapas para ver que não tem alteração nenhuma, é só pegar os mapas e ver, analisar certinho, com todas as alterações, vai entender que isso que eu estou explicando aqui vai estar lá no mapa. E estou à disposição também para discutir isso com qualquer membro, inclusive de trazer a comunidade aqui também para apresentar esse problema social que eles estavam vivendo lá. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “é o mesmo problema que tem lá com o Condomínio Veredas das Gerais e Veredas Reservas, o mesmo problema”. Vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente”. Senhor Presidente: “as correspondências chegam ao Veredas das Gerais”. Vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, são coisas diferentes. Eu não vou entrar em discussão aqui, porque não tem como a gente discutir entrega de correspondências ou você juntar uma comunidade próxima à outra com exatamente incorporação de áreas remanescentes. São coisas diferentes, em minha opinião, mas eu sei como a Casa funciona, eu sei como o voto funciona nesta Casa, são coisas completamente diferentes. Vou voltar a pedir à comissão, porque está na mão da comissão a partir de agora, que vocês preocupem com isso, com essa incorporação de área remanescente, são coisas diferentes de entregas de



correspondências. Obrigado”. Senhor Presidente: “vou deixar nomeados mesmo os vereadores Silvânio e Boi para uma discussão mais ampla das comissões”. 9) Projeto de Lei nº 1.785/2019, autoria do vereador José Geraldo Guedes, que “Dispõe sobre o Dia Municipal do Mototaxi”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Alessandro Luiz Bonifácio como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. 10) Projeto de Lei nº 1.786/2019, autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto, que “Institui o Programa de Turismo Educativo para os alunos da rede municipal de ensino de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 11) Projeto de Lei nº 1.787/2019, autoria do Poder Executivo, que Autoriza o Executivo Municipal a retificar dispositivo da Lei Municipal nº 1.761, de 10 de julho de 2003”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero também chamar atenção aqui à Comissão de Legislação e Justiça, com certeza eles vão dar a atenção que esse projeto merece, porém, salvo me engano, esse terreno passou naquele processo que nós votamos aqui no ano passado, que faz parte daquele acordo com o Ministério Público. Eu acho que vale a pena, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, tentar entender como foi essa questão desse lote. Isso foi na minha época, em que fui secretário e essa empresa foi acompanhada pela secretaria e tal. Estou achando muito estranha essa coisa de número de lote diferente, vale a pena procurar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e analisar esse projeto com



cuidado”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador presidente da comissão, vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu gostaria de dar a devida explicação para o vereador. Tem quatorze anos que o Edson conseguiu essa doação. A prefeitura doou para o Edson o lote número cinco e lá consta lote número seis. É só uma modificação no número. Ele tem escritura. Tem quatorze anos que eu acompanho o Edson nessa luta. Então, eu estou dando a explicação aqui, Senhor Presidente, porque é simplesmente a mudança do número cinco para o seis”. Senhor Presidente: “não tem construção nenhuma lá não?”. Vereador José Geraldo Guedes: “senhor?”. Senhor Presidente: “tem construção?”. Vereador José Geraldo Guedes: “tem um galpão, ele tem o comércio dele lá há quatorze anos. É simplesmente mudar o número”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só complementando o que o vereador José Guedes colocou. Os projetos são até parecidas as interpretações, lá é exatamente só denominação de bairro, que dá problema. E aqui também está muito simples mesmo, na doação foi doado para ele com um número de lote equivocado, errado. Ele efetivamente está em um, na doação estava escrita outro número e aí o está atrapalhando agora na escrituração, na documentação dele”. Vereador José Geraldo Guedes: “vereador, o Edson tem a escritura, só que o número foi errado, simplesmente isso”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só para eu me defender porque às vezes a gente fala... Não estou falando do vereador José Guedes não, vereador, e eu entendi a sua colocação. Mas é porque as reuniões, às vezes a gente fala uma coisa aqui, com pouco, você está



andando na rua, o sujeito já te para, fala assim: ‘ah, você está contra o meu projeto’. Não tem nada disso, eu vou fazer uma defesa aqui. Esse projeto foi acompanhado, ele tem a escritura porque ele passou por todo processo na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, foi acompanhado à época por mim, inclusive. E eu não estou aqui dizendo que ele está errado. Teve um erro material ali que estão falando, mas o Edson tinha algumas outras reclamações lá, questão de aterro que ele teve que fazer, tinha um punhado de outras questões. Então, eu acho que vale a pena olhar o projeto com cuidado, é só isso que eu quis dizer. Mas o Edson é um trabalhador, um cara que produz para a nossa cidade, sou admirador dele, uma pessoa muito bacana. Não estou de maneira nenhuma aqui tratando da pessoa do Edson não, que eu respeito e considero”.

12) Projeto de Lei nº 1.790/2019, autoria do Poder Executivo, que “Estabelece diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do município para o exercício de 2020 e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Senhor Presidente: “queria agradecer a presença do nosso amigo, ex-vereador, Toninho do Cruzeiro. Muito obrigado pela presença”. 13) Projeto de Lei nº 1.791/2019, autoria do Poder Executivo, que “Institui a concessão de incentivos fiscais aos produtores e aos comerciantes de cerveja artesanal no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Senhor Presidente: “esse é bom”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, hoje eu estou adorando dar pitaco nos projetos. Primeiro, quero cumprimentar a administração, lógico, na pessoa da Fabiana, que tem trabalhado



nesses processos, mas quero já, de antemão, apesar de a mensagem do prefeito estar dizendo da questão de renúncia fiscal, que não existe e tal. De qualquer forma, como aqui tem uma possibilidade de isenção de IPTU, a gente recebeu mensagem aqui há poucos dias, eu e o Boi fizemos uma solicitação na administração pedindo isenção de IPTU para São Sebastião das Águas Claras e foi negada a justificativa, pelo menos. Então, eu gostaria de ter o impacto orçamentário desse projeto para que... É lógico, as comissões vão analisar e eu respeito isso, mas na hora de votar, eu gostaria de ter esse impacto orçamentário aqui”. Senhor Presidente: “eu acho que vale a pena incentivo fiscal, porque nós sabemos que o prefeito de BH está tentando trazer várias empresas de cerveja artesanal, para ali, próximo aos motéis”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, não, eu acho super... Perdão, vereador Boi. Eu acho superimportante, não sou contra o projeto não, muito antes pelo contrário, eu sou totalmente a favor. Eu só quero que ele esteja dentro da legalidade. Agora mesmo a gente viu entrar um projeto aqui do turismo, que é do vereador Kim ali, e viu negar na semana passada um projeto de xadrez nas escolas, então, eu acho que as medidas têm que ser iguais, sabe? Então, é para analisar isso com muito respeito à população é que eu penso... Sou favorável, com certeza, tendo o impacto e a gente tendo a possibilidade, vou votar, mas gostaria de ter isso, porque é um dos instrumentos que a gente tem para votar aqui com mais clareza”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Silvânio, queria falar com o senhor, vereador, conversei com o prefeito semana passada, já tem estudo



para isentar o pessoal do IPTU de Macacos. Eu queria falar com o senhor, ele vai mandar o projeto para cá para que seja realizada a isenção”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “posso responder, já que fui citado?”. Senhor Presidente: “responde, Silvânio”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é rapidinho. Eu acho superinteressante, porém, eu volto a frisar o que eu falei na última reunião aqui, eu sou totalmente contra a municipalidade abrir mão de IPTU”. Vereador Tiago Almeida Tito: “deixar de arrecadar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “de São Sebastião das Águas Claras, sabendo que o maior culpado daquilo ali é a Vale. Então, tem que existir uma forma de a Vale ressarcir o município desse IPTU que vai deixar de ser arrecadado lá, porque senão fica fácil demais. Então, aquele pedido que a gente fez, até para que as pessoas de São Sebastião das Águas Claras que agora nos assistem, para que eles entendam que nós não podemos dar um prejuízo para o município em favor da Vale. A Vale tem que arcar com aquele IPTU daquelas pessoas porque ela está causando aquele problema para aqueles cidadãos que ali estão”. Senhor Presidente: “IPTU e as contas de luz das pessoas desempregadas”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “exato, claro”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Não, pode ficar tranquilo. Eu sei que eu sou a minoria nesta Casa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “para com isso”. Vereador Flávio de Almeida: “não posso falar isso não, Tiago?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não pode, de jeito nenhum”. Vereador Flávio de Almeida: “de jeito nenhum?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “de jeito nenhum”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor



Presidente, sobre São Sebastião, eu acho que isso já é fato, a Vale tem que assumir o compromisso dela, ela tem que deixar de ser essa empresa que mata pessoas, que tira vida, que danifica, que acaba com o meio ambiente e pagar aquilo que é de direito, o IPTU ela tem que pagar. Nós não temos que ficar implorando para essa empresa não, ela tem que efetuar o pagamento do IPTU porque é direito, ela está lá destruindo, é o que ela mais faz, o tempo inteiro. Mas, diga-se de passagem, tem o aval dos políticos do nosso país, tem o aval do Poder Judiciário e vai tendo o aval aí afora. Uma empresa que tira vidas e que não quer pagar o IPTU. Simples, tem que pagar. Sobre as nossas cervejarias artesanais, nós estamos falando por volta de trezentos empregos diretos. Então, ou nós damos esse incentivo ou a gente perde aquelas empresas para exatamente a prefeitura de BH, que está abrindo, se vocês perceberam, quando passa perto dos motéis, em frente à Leroy, eles estão transformando os motéis ali para isso, os motéis vão receber cervejarias, empresas, comércio. E é exatamente lá, no Jardim Canadá, que estão as empresas. Então, não adianta a gente também fazer o uso da palavra aqui o tempo inteiro, aproveitar o povo, a TV Banqueta, mas quando vem um projeto para esta Casa, abaixa a porcaria da cabeça e vota. Então, nós temos que aprender a votar, nós temos que aprender a respeitar o nosso povo, é assim que a gente faz. O dia em que esta Casa tomar vergonha na cara e votar e cobrar com perfeição, aí resolve esse monte de problema. Nós tivemos um projeto do vereador Álvaro, que aquele dia eu fui embora para a minha casa até pensando que ele iria passar mal, porque um projeto tão simples foi reprovado pela Casa na maior pouca vergonha de vereador abaixando a cabeça para



não olhar para ele. Então, aqui, vamos fazer com seriedade porque a coisa é muito séria. Jardim Canadá, essas empresas dão trezentos empregos. Não estou aqui para defender projeto do Executivo não, quando é bom, nós temos que falar que é bom, que tem que dar o incentivo. Essa é a diferença da oposição e dos outros, é que a gente não vota simplesmente por votar, a gente vota com a consciência. Obrigado, Presidente”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Esse projeto é inegável a importância e a atratividade, mesmo porque Nova Lima já se tornou referência como polo cervejeiro, da cerveja artesanal do Brasil inteiro. Mas o vereador Álvaro, até o cito se ele quiser mencionar, ele é muito feliz quando ele fala que a gente tem que seguir os trâmites legislativos. Aqui se fala de renúncia de receita, tem que trazer o impacto, não tem jeito de analisar, a hora em que chegar à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas, vai necessitar do impacto. Então, é simples, o vereador Silvânio trouxe aqui à tona exatamente para o projeto tramitar até de forma mais rápida. Então, é solicitar ao Executivo que encaminhe o impacto, sem problema nenhum, é muito simples e realmente tem que mandar. Porque a gente tem que tomar um cuidado aqui, Senhor Presidente, e aí, Presidente Fausto, também o remeto, porque nós fomos julgados na rua como se a gente tivesse atrasando o repasse da subvenção do Hospital Nossa Senhora de Lourdes, sendo que a gente estava concertando um projeto que veio errado do Executivo, e estavam falando na rua que a gente estava atrasando o repasse, os funcionários estavam sem pagamentos em decorrência de a Câmara não ter aprovado. E nós aprovamos a legislação da lei de subvenção, eu avisei que ela estava equivocada,





depois teve que corrigir, a gente estava no processo de recesso dessa Casa, e a gente teve que corrigir um problema. Então, para evitar que tenha um problema em relação a este projeto, que o Executivo encaminhe para cá o impacto financeiro desse projeto, da renúncia de 20% de IPTU de todos os produtores que vão ser beneficiados. É simples, é só para a gente fazer a análise de forma correta, entendeu?”. Vereador Flávio de Almeida: “o senhor me concede um aparte, vereador?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “concedo. Só um minutinho, só para eu terminar. Te concedo o aparte, que o senhor me cortou aqui, eu perdi o raciocínio”. Vereador Flávio de Almeida: “mas eu vou ajudar o senhor, é só para ajudar mesmo. Não é o povo que falou isso na rua não, aí o povo fica muita gente. Quem falou que esta Casa estava atrasando o repasse do hospital foi o prefeito desta cidade em diversas reuniões, porque o povo fica muita gente, quem falou foi o prefeito. Então, é só para ajudar o senhor no seu discurso, porque é só para lembrar o senhor, quem falou foi o prefeito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ótimo. Eu não estive presente, mas eu realmente tive ciência que ele também mencionou, mas outras pessoas, os próprios funcionários do hospital, que eu estou com meu tio internado e por sinal falar que atendimento que ele está tendo pelo SUS, pelo Hospital Nossa Senhora de Lourdes, então, assim, e a estrutura como o hospital está mudando, e lá alguns funcionários vieram falar isso comigo, os comentários são que a Casa que estava segurando e a gente sabe que a verdade não era essa. Essa antecipação do processo eleitoral tem hora que dá até nojo na gente porque só surgem inverdades o tempo inteiro. Então, para evitar que um projeto tão bacana igual esse aqui, de incentivo ao



polo cervejeiro artesanal, que o Executivo só encaminhe para cá o que tem que encaminhar, que é o impacto financeiro da renúncia dos 20% de IPTU para todos os produtores de cerveja artesanal da nossa cidade. Muito obrigado”. Senhor Presidente: “Soldado Flávio, Tiago Tito, podem ficar tranquilos porque eu estava em um evento que tinham vários funcionários do hospital e eu deixei bem claro para eles que o problema não foi da Casa, o atraso do pagamento deles, do repasse para eles”. 14) Projeto de Lei nº 1.793/2019, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transferir, por doação, um terreno urbano ao Governo do Estado de Minas Gerais para a construção da Delegacia Regional da Polícia Civil de Nova Lima - Minas Gerais, e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Desculpa, mas a pauta está extensa de projetos até muito interessantes e projetos que a gente tem que realmente analisar com muito cuidado. Esse projeto aqui é autorizando a prefeitura a doar um terreno ao Governo do Estado. O Governo do Estado de Minas Gerais é administrado pelo Romeu Zema, que está encerrando mais de mil escolas em tempo integral por falta de recursos e nós estamos doando para ele construir a delegacia da Polícia Civil, que precisa mesmo, que a estrutura que o pessoal da Polícia Civil trabalha é extremamente precária, não é por isso que eles perdem a competência na execução do seu trabalho, mas me assusta porque não tem nenhum documento aqui do Governo do Estado garantindo recurso para a construção da delegacia, a não ser que esteja no projeto e não veio anexado aqui. Do jeito que o Zema está querendo vender a



Cemig, vender a Copasa, vender as estatais todas, na hora que a gente passar o terreno para lá, ele vai vender o terreno. Então, é de se assustar, se a gente aprovar isso aqui, sem nenhuma confirmação de que o Governo do Estado vai executar, tem dotação, tem recurso garantido, nós estamos transferindo um bem do município para o Estado que daqui a pouco vai ser liquidado. Então, eu faço parte da primeira comissão que vai analisar isso, que é a de Legislação e Justiça, então já pedir ao Executivo se tem alguma garantia de algum documento assinado pelo Governo do Estado que vai ter os recursos para a construção, eu acho que é o mais importante aqui, porque aí nós temos que votar isso aqui já semana que vem, se já tiver o recurso, para já iniciar a construção o quanto antes. Essa é a minha observação, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu concordo com o Tiago, vou concordar agora com você, um governo que não consegue pagar o servidor em dia. Nós não conseguimos receber em dia, a gente que é servidor estadual, a gente está recebendo financiado, dividido. Aí o cara recebe um terreno para construir uma delegacia. Precisa construir delegacia sim, precisa mudar, concordo com o Tiago em tudo, mas esse governo precisa primeiro pagar a gente. Ele não consegue ter uma delegacia funcionando se ele não paga o servidor. Como que ele vai funcionar uma delegacia, se ele não paga o servidor em dia? A gente recebe financiado, Senhor Presidente, e tem dia que ele tem a cara de pau de anunciar que vai pagar no outro dia e não pagar, é um governo de mentira. Aí recebe um terreno desses, depois o Tiaguinho vai ter que reclamar realmente que vendeu o terreno para pagar o servidor. Então, Senhor



Presidente, eu acho que tem que ser bem estudado esse projeto. Senhor Presidente, só para eu encerrar. Silvânio, eu não estou feliz com você não, o pau vai quebrar ainda hoje aqui”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só para alertar os vereadores aqui, é lógico que eu entendi, vereador, mas no corpo do projeto de lei já fala que o imóvel é exclusivamente para a construção da delegacia. Talvez a gente pudesse no decorrer do trâmite do processo fazer uma emenda dizendo que vai aprovar, não sei se isso é possível, mas com esse compromisso da construção no terreno”. Senhor Presidente: “sim, eu acho que é possível”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, que senhor terreno, não é? Os senhores estão conseguindo, pelo mapa aqui, identificar onde exatamente ele está?”. Vereador Tiago Almeida Tito “foi por isso que eu levantei, inclusive”. Senhor Presidente: “próximo ao CAIC”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “próximo ao CAIC, é do lado ali do Ministério Público, onde está sendo construído o novo Fórum. Pela planta aqui, o terreno onde hoje é o Ministério Público e o Fórum, este terreno deve ser umas três, quatro vezes maior do que todo esse espaço ali, onde hoje é o Fórum e o Ministério Público”. Senhor Presidente: “vai a Guarda Municipal também para lá”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “para lá onde vai ser a delegacia?”. Senhor Presidente: “próximo aí também”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “bom, que precisa todos nós concordamos, mas eu quero chamar atenção aqui só para um fato desse projeto, aqui o prefeito reconhece que para doar terreno público tem que ter autorização legislativa, concordam que isso foi lido aqui no projeto que eu acabei



de... Os senhores entenderam dessa mesma forma o projeto que eu acabei de ler, o Executivo reconhece que para doar área pública tem que ter autorização legislativa, para bom entendedor um pinga é letra. Eu quero ver e eu confesso que hoje eu estou muito satisfeito com o posicionamento dos vereadores Tiago e Silvânio quando questionam, reivindicam mais informações para ter mais embasamento para deliberar e opinar sobre determinado tema. Eu tenho certeza que em decisões futuras eu vou ver esse mesmo posicionamento dos senhores, com todo respeito, mas eu tenho certeza que vou ver essa mesma postura dos dois vereadores. Era só, Presidente”. Vereador José Carlos de Oliveira: “Senhor Presidente. Uma ideia que eu vou dar a vocês, vereadores, porque não faz amarração, o prefeito passando e o vereador consentir, onde está hoje a delegacia fica amarrado para a prefeitura também, igual aconteceu na minha cidade, onde era o Fórum, deu para o Fórum lá em Itapecerica, fez um prédio novo, então o velho ficou para a prefeitura, podia acontecer que aquele prédio que está lá...”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o prédio lá é municipal, vereador”. Vereador José Carlos de Oliveira: “ah, tá, então você me desculpa, viu? Eu só pensei que era da prefeitura”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “da Civil não, é municipal já”. Vereador José Carlos de Oliveira: “obrigado”. Senhor Presidente: “achei interessante as contestações do vereador Flávio, Silvânio e Tiago, mas eu acho que já é um passo dado porque, por exemplo, outro dia mesmo eu estive lá conversando com o prefeito em relação à doação de uma área para a construção do batalhão e eu sei que o orçamento para a construção desse batalhão está em torno de dois milhões e meio, três milhões, que foi muito bem dito lá



pelo Comandante que não tem esse dinheiro, então teria que partir de iniciativa privada. Então, com certeza, essa delegacia também, o Estado não deve ainda estar com esse dinheiro nos cofres, mas eu acho que já é um caminho, é um bom início, pelo menos, a gente já sabe que ali vai ficar um terreno destinado à construção da delegacia. Tem esse outro terreno lá em cima, próximo ao Buffet Alpes, também está sendo avaliado ali para doação da construção do batalhão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, só para retificar”. Senhor Presidente: “mas eu confio no Zema, ele deixou de descer no elevador exclusivo do Governador, para descer lá junto com o pessoal, então ele já está fazendo...”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas está usando o helicóptero que ele falou que não ia usar”. Senhor Presidente: “mas ele falou que vendeu o helicóptero”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ah, tá. O vice dele, por exemplo, foi em festa, em SPA”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “só para deixar claro, Senhor Presidente, se me permite, na verdade, eu não contestei, muito antes o contrário, eu fiz aqui uma elucidação dizendo que o terreno está sim de certa forma amarrado, vamos dizer assim, à possibilidade da construção, ou seja, a lei está bem clara ali, se não construir o prédio da delegacia civil, esse volta de novo. Só que lá está vago porque não tem prazo, não tem um acordo com a administração para que a gente possa entender isso. Talvez a gente pudesse fazer emendas ao projeto e enriquecê-lo melhor, eu acho que seria interessante nesse sentido”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, é isso que eu sugeri: estipular um prazo, caso não inicie a construção, devolve, volta para o município. Mas, Presidente, é só uma sugestão,



observação ou o que quer que seja, o atual Subsecretário de Administração Prisional do Estado é de Nova Lima, então talvez a gente possa procurar por ele, tentar enfim ver se ele intercede junto ao governador para tentar viabilizar recursos aqui para a construção porque realmente a cidade precisa”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu falei sobre a questão salarial, mas eu não falei sobre o que eu penso sobre segurança pública. Os tempos hoje mudaram, hoje é novo tempo. Quando você vê doação de um terreno para delegacia, para polícia ou para o bombeiro, você já vê que eles trazem de volta o antigo modelo de segurança pública. O modelo hoje no mundo de segurança pública é diferente, o mesmo local que você doa o terreno, você constrói Polícia Civil, Polícia Militar, Guarda Municipal e Corpo de Bombeiro, é uma ação única, é unificação de rede integrada, o mundo hoje já não pede isso mais não. Mas como Deus é bom e o tempo voa, acho que nós vamos ter tempo de fazer diferente daqui a um tempo. Obrigado”. Senhor Presidente: “é isso aí. Gostaria de solicitar também ao prefeito que já faça a doação do terreno para o Corpo de Bombeiros. O Téo estava aí, ele trouxe aqui outro dia o Coronel Bombeiro, que está disposto a fazer transferência de uma brigada de uma outra localidade para a nossa cidade. Então, está na pendência exatamente da doação desse terreno. Então, coloca todo mundo junto ali; não é, Soldado Flávio?”. Vereador Flávio de Almeida: “é o novo mundo”. Senhor Presidente: “Bombeiro, Civil, batalhão, Polícia Militar. Por falar nisso, hoje nós estivemos lá na barreira policial com o Coronel Olímpio, não é?”. Vereador Flávio de Almeida: “Coronel Olímpio”. Senhor Presidente: “então, foi muito proveitosa aquela visita. Houve um boato que nós iríamos



perder aquela barreira, mas hoje o que foi dito lá para a gente é ao contrário: vai ser tudo otimizado, vai ser ampliada a barreira, então foi muito boa a nossa visita lá hoje com o Comandante”. Vereador Flávio de Almeida: “eu acho que a coisa mais importante, Senhor Presidente, é a gente tranquilizar o povo de Nova Lima, de Rio Acima e de Raposos, porque soltou esse boato em rede social, essa mentira que a barreira iria fechar, iria sair dali. E nós hoje tivemos o prazer de encontrar com o Comandante, ele se dispôs a vir até ali, pessoa muito boa. E ele mostrou totalmente diferente: não, o policiamento vai ser modificado, nós vamos ter mais policiamento, uma barreira mais eficaz e funcionando vinte quatro horas como sempre foi, que não é costume da instituição fechar nada, muito pelo contrário, é de melhorar. Então, esses boateiros, esses fofoqueiros de plantão têm que parar com isso, de causar insegurança ao nosso povo. E agradecer ao senhor por o senhor ter acompanhando aquela visita lá, faltou o senhor pagar o almoço, mas a gente tem tempo nessa vida ainda. Obrigado”. Senhor Presidente “sexta-feira”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, questão de ordem. Eu fui orientado aqui para a gente mudar a reunião da comissão para segunda- feira, oito horas da manhã, pelo fato de não ter tempo, se fosse terça-feira não dá para fazer os pareceres”. Senhor Presidente: “então, reunião da Comissão de Legislação e Justiça, segunda-feira, às oito horas”. Vereador José Geraldo Guedes: “e pedir ao senhor para que eu não precisasse usar, estou inscrito na Tribuna, apenas três minutos para mim. Senhor Presidente, falaram de tudo quanto é assunto aqui, eu estou quieto no meu canto. Agora, eu estou vendo o vereador Coxinha falar que eu não posso,





ele nem sabe o que eu vou falar. Está resmungando aí, rapaz; eu vou é te defender aqui. Eu vou é defender os vereadores aqui, me dá um minuto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, só um minutinho, espera lá”. Vereador José Geraldo Guedes: “na hora que eu estiver falando não fica resmungando não”. Senhor Presidente: “está dentro do assunto?”. Vereador José Geraldo Guedes: “falaram de todos os assuntos aqui”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “sim, senhor”. Senhor Presidente: “o assunto está dentro do projeto aqui?”. Vereador José Geraldo Guedes: “não está”. Senhor Presidente: “então, me deixa terminar”. Vereador José Geraldo Guedes: “falaram de tudo quanto é assunto aí, fora de projeto”. Senhor Presidente: “faltam três projetos de lei, aí o senhor fala, está bom?”. 15) Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.765/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de benefício Vale-Cultura pela Prefeitura Municipal de Nova Lima aos professores da rede municipal”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores José Carlos de Oliveira, Wesley de Jesus Silva e José Guedes, para emissão de parecer. 16) Projeto de Lei nº 1.796/2019, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a denominação do prédio público municipal do novo Centro de Desenvolvimento Social – Adão de Pádua, localizado na Rua Santa Cruz, no Bairro Centro e dá outras providências”. Senhor Secretário: “Presidente, diferentemente dos outros que eu leio a justificativa, ela está muito extensa, eu vou ler o projeto, tá?”. Senhor Presidente: “ok. Consulta o Plenário se pode ler só o



projeto?”. Senhor Secretário: “eu perguntei ao autor. Pode, não é?”. Após leitura do projeto, ele foi encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 17) Projeto de Decreto Legislativo nº 373/2019, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Concede Título de ‘Empresa Cidadã’ à Empresa Via Ouro, no Município de Nova Lima e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva, para emissão de parecer. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “obrigado, Senhor Presidente. Há dias atrás o ex-prefeito Carlinhos Rodrigues colocou na rede social o seguinte, vou ler só um trechinho: ‘o projeto de lei aprovado em 09/04 pela Câmara Municipal parece contradizer o discurso, aumenta para quinhentos e quarenta e três o número de servidores comissionados, criando um verdadeiro exército de aliados políticos dentro da prefeitura, muito dos quais indicações de políticos, dos vereadores que aprovaram o projeto’. Eu quero dizer que...”. Estavam presentes no Plenário os vereadores: Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva. Senhor Presidente: “por falta de quórum legal, eu declaro encerrada a reunião. Muito obrigado e uma boa noite a todos”.

---